

TRABALHO E LAZER REGIDOS PELA MESMA LÓGICA DE CONFORMAÇÃO. O CASO DOS COMERCIÁRIOS NO SESC ENTRE AS DÉCADAS DE 1940 E 1970¹

Sonia Maria Rummert²

Aline Amoêdo Corrêa Ribeiro³

RESUMO: O artigo aborda o Serviço Social do Comércio, desde sua criação em 1946, até a década de 1970. A partir da análise de fontes primárias, são apresentados, inicialmente, os eixos de atuação predominante do Serviço no período referido, tratando-se, particularmente, da vertente do lazer. Toda a análise dessa parte é realizada a partir dos documentos que expressam a ótica da burguesia comercial. Em continuidade, são abordadas, também, as condições de vida dos comerciários, compreendidas como ameaças à “paz social” e, finalmente, apresentamos indícios de resistência, representados por um conjunto de críticas e reivindicações, da fração da classe trabalhadora constituída pelos comerciários.

PALAVRAS-CHAVE: Capital e Trabalho; Trabalho e Educação; Serviço Social do Comércio.

ABSTRACT: This article deals with the Social Service of Commerce from its creation in 1946 until the decade of 1970.

¹ Este trabalho, derivado de parte da Tese de Doutorado: Ribeiro, Aline, 2015, inscreve-se na Pesquisa Educação de jovens e adultos trabalhadores no Brasil. Reconstrução histórica à luz da relação Trabalho e Educação, apoiada pelo CNPq.

² Doutora em Ciências Humanas – Educação, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. É Professora Associada (Aposentada) da Universidade Federal Fluminense, atuando no Programa de Pós-Graduação em Educação. Pesquisadora 1 do CNPq. Professora convidada do Programa de Doutorado em Formação de Adultos do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa e Professora Integrada do Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa.

³ Doutora em Educação pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professora do Ensino Básico técnico/ tecnológico Federal – Aeronáutica/ Regime Dedicção Exclusiva.

Based on the analysis of primary sources, we initially present the main lines of action of this institution during the mentioned period, with emphasis on the field of leisure. The analysis of this part of the text is based on documents that express the viewpoint of the commercial bourgeoisie. Then we also approach the living conditions of the commercial employees, understood as threats to the “social peace” and finally we present signs of resistance – criticism and claims – of the fraction of the working class constituted by commercial employees.

KEYWORDS: Capital and Labour; Work and Education, Social Service of Commerce.

Introdução

Este artigo trata do Serviço Social do Comércio (SESC), em particular no período compreendido entre sua criação, em 1946, e o final da década de 1970. Sua elaboração, com base em estudo anterior (RIBEIRO, 2015), foi empreendida a partir de pesquisa em fontes históricas escritas⁴, disponibilizadas pelo SESC, visando a apresentar e analisar o pensamento da fração burguesa representada pelo empresariado ligado aos setores de comércio e de serviços. Aborda-se também, no trabalho, características socioeconômicas e reivindicações dos comerciários, fração da classe trabalhadora pouco estudada na produção acadêmica⁵.

⁴ O conjunto das fontes referidas foi, predominantemente, produzido pelo Departamento Nacional (DN) do SESC.

⁵ A fração da classe trabalhadora alvo das ações do SESC era composta pelos trabalhadores com vínculo formal com empresas do setor do comércio e dos serviços, e seus familiares. Estes trabalhadores deveriam estar “exercendo atividades em empresas ou entidades enquadradas nos planos da Confederação Nacional do Comércio ou vinculados à Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e/ou que fossem contribuintes do SESC” (SESC/DN, 1977a, p. 44). Os trabalhadores e seus dependentes eram designados “Beneficiários” que, para serem atendidos, deviam, teoricamente, efetivar a Matrícula, visando a comprovar seu vínculo formal em alguma empresa do comércio ou dos serviços. O número de matrículas era um dos principais indicadores de desempenho da entidade e dimensionava em quanto o SESC atingia a sua clientela preferencial. Além dos beneficiários, o SESC atendia a outros indivíduos, em regime de menor preferência e com taxas

Não podemos, porém, analisar ações sistemáticas e institucionalizadas emanadas do patronato sem considerar os processos de resignificação e resistência dos trabalhadores. De acordo com essa perspectiva, que se fundamenta na compreensão da importância das correlações de forças em cada momento histórico, consideramos necessário lançar um olhar tanto sobre as condições de vida dessa fração da classe trabalhadora, como também sobre as formas como, a partir de sua experiência de classe, reagem às investidas do capital.

Em decorrência, além desta breve Introdução, o artigo é constituído por quatro partes. Na primeira, são abordadas as principais iniciativas empresariais que estão na gênese dos Serviços da Aprendizagem e Sociais, dentre eles o SESC. A seguir, trataremos do deslocamento das ações do SESC, da vertente inicial, voltada predominantemente para a atenção à saúde e afins, para a grande ênfase no lazer, como forma de disciplinamento e de captura da subjetividade do trabalhador comerciário, a partir dos anos de 1950. Na terceira parte, serão apresentados aspectos relativos às condições de vida e de trabalho dos comerciários no período, compreendidas pelo empresariado como possíveis ameaças à chamada “paz social”. Finalmente, abordaremos, ainda que de forma breve, em decorrência dos limites do artigo, alguns dos aspectos dos processos de resistência dos trabalhadores no decorrer do período e, em particular, a partir de 1960, conforme as fontes obtidas na pesquisa⁶.

diferenciadas, denominados “usuários”. No entanto, como o cadastro desta clientela não era obrigatório nem normatizado, o seu registro estatístico não era habitualmente usado como medida de desempenho. Os comerciários não eram obrigados a se matricular, mas eram vistos com “bons olhos” pelos patrões os que assim o faziam.

⁶ Não é consensual a periodização acerca das mudanças ocorridas no âmbito do SESC. Cabe, aqui, mencionar, por exemplo, outra periodização apresentada por Magalhães (1988), que não podemos analisar pelos limites formais deste artigo.

O Brasil na década de 1940 e as ações de controle social promovidas pelos intelectuais orgânicos do capital

A década de 1940 foi um período marcado pelo adensamento do processo de industrialização e pelo acirramento dos conflitos entre capital e trabalho. Encontros e seminários promovidos pelo capital atestam o quadro. Desses, destacamos o I Congresso de Economia do Rio de Janeiro, realizado em 1942, por iniciativa da Associação Comercial do Rio de Janeiro, sob a presidência de João Daut d'Oliveira⁷. Face ao conturbado cenário da primeira metade da década e às mudanças de caráter político decorrentes da deposição de Vargas em 1945, representantes da agricultura, da indústria e do comércio, oriundos de todo o Brasil, voltam a se reunir, então na cidade de Teresópolis, no Estado do Rio de Janeiro, com o objetivo de realizar uma análise aprofundada da economia nacional. O encontro, conhecido como Conferência das Classes Produtoras do Brasil, deu origem à Carta Econômica de Teresópolis. No ano seguinte, um grupo de empresários inspirados pela iniciativa histórica de Teresópolis lançou a Carta da Paz Social. O documento manifestava a importância de que fossem estabelecidas relações mais harmoniosas entre o capital e o trabalho. Para tanto, entre outras ações, deveriam ser criados serviços de cunho social nos setores da indústria e do comércio.

Em 1942, havia sido criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial⁸. Na sequência e coadunados com a Carta, verifica-se a fundação do Serviço Social da Indústria (SESI),

⁷ Primeiro Presidente Nacional do SESC, além de Presidente da Associação de Comércio do Rio de Janeiro, da Federação das Associações de Comércio do Brasil e do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial. Em 1944 chefiou, junto com Euvaldo Lodi, a delegação brasileira na Conferência de Bretton Woods, nos EUA, que criou o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD). Em 1945 assumiu a presidência da Federação das Associações Comerciais do Brasil, do Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial (1945-1946), da Confederação Nacional do Comércio (1946-1947) e da Federação das Câmaras de Comércio Exterior (1950).

⁸ Inicialmente denominado Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários.

do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e do Serviço Social do Comércio (SESC), em 1946. Tais iniciativas, no âmbito do capital, deram origem ao atualmente denominado Sistema S⁹.

A Carta de Teresópolis representou, no plano político, uma tentativa de demonstrar convergência pública de diversas frações da burguesia quanto às formas de intervir no cenário da nova correlação de forças, tal como explicitado no documento final da Conferência Nacional das Classes Produtoras (CNCP, 1945a).

A presidência da Conferência esteve a cargo de João Daudt d' Oliveira. A mesa diretora era integrada pelos empresários: Iris Meinberg¹⁰, Brasília Machado Neto¹¹, Roberto C. Simonsen¹²

⁹ “O atualmente designado ‘Sistema S’, é constituído, hoje, por entidades vinculadas às Confederações que representam o empresariado dos diferentes setores produtivos (indústria, comércio, agricultura, transportes, entre outros) com a finalidade de qualificar e propiciar atividades de cultura e lazer aos trabalhadores. As organizações do Sistema ‘S’ são: o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), o Serviço Social da Indústria (SESI), o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), o Serviço Social do Comércio (SESC), o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), o Serviço Nacional de Aprendizagem em Transportes (SENAT), o Serviço Social de Transportes (SEST), o Serviço Brasileiro de Apoio às Pequenas e Médias Empresas (SEBRAE) e o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP). É fundamental assinalar que o Sistema S é financiado com recursos chamados ‘parafiscais’, recolhidos pela Previdência Social e devolvidos às diferentes Confederações. Tais recursos são considerados públicos, uma vez que as empresas os tratam como mais uma contribuição e, em decorrência, seu valor é computado no preço final dos produtos e serviços. Tal procedimento faz com que o ônus pela manutenção do Sistema S recaia sobre a classe trabalhadora (Rummert, 2007, p. 76).

¹⁰ Advogado, promotor e político. Seu cargo de maior expressão foi a direção da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (Novacap), sendo, também, um dos fundadores de Brasília.

¹¹ Presidente da Federação do Comércio do Estado de São Paulo, em 1944, advogava o aprimoramento da economia brasileira para uma era de produção e comércio mais justa e eficiente. Foi também deputado estadual e federal, membro do Conselho da Administração da OIT (Organização Internacional do Trabalho) e primeiro vice-presidente nacional da LBA (Legião Brasileira de Assistência). Instalou e deu rumos aos serviços do SESC e do SENAC em São Paulo e neles seguiu como importante liderança até sua morte, em 1968.

¹² Integrou o movimento intelectual pela fundação da primeira escola superior

e Euvaldo Lodi¹³, nomes de grande notoriedade no cenário econômico nacional ao longo de várias décadas e, por isso, aqui destacados. Na verdade, esses atores sociais integravam o que Daut d'Oliveira havia chamado de *estado-maior da economia*, no Congresso de 1943, sendo, também, importantes intelectuais orgânicos da burguesia.

Com o propósito de buscar *entendimento* entre capital e trabalho, o patronato assume, na Carta da Paz Social, o compromisso de propugnar a consecução de todos os objetivos propostos, dentro de um “verdadeiro regime de justiça social” (CBE, 1945b, p. 4). Para atingir a “paz social” enfatizada pela Carta, os empresários indicavam a execução de um plano econômico amplo e objetivo que promoveria o aumento da renda nacional e sua melhor e mais vasta distribuição, com o melhor aproveitamento dos recursos do país. Esclareceriam ainda mais sua posição, assumindo o compromisso de:

1-Manter e aperfeiçoar a democracia política e econômica; 2 - Considerar o capital principalmente como meio de expansão econômica coletiva e o trabalho como direito e dever de cada um; 3 - Aumentar o poder aquisitivo da população para o incremento da prosperidade do país e fortalecimento do mercado

que ofereceria cursos de sociologia e de política no Brasil, a atual Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP). Em 1933 foi eleito deputado constituinte por São Paulo e deputado federal de 1933 a 1937. Após a II Guerra Mundial, elegeu-se senador, cargo que ocupava quando faleceu. Foi, ainda, presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e integrante do conselho superior da FESPSP.

¹³ Durante o Estado Novo, assumiu a presidência de importantes entidades ligadas ao empresariado industrial, como a CIRJ/FIRJ e a Confederação Nacional da Indústria (CNI), permanecendo em ambas até 1954. Como dirigente da CNI, presidiu o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). Integrou também o Conselho Consultivo da Coordenação de Mobilização Econômica, órgão criado pelo governo federal em virtude do envolvimento do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Em 1944, junto com João Daut de Oliveira, chefiou a delegação brasileira enviada à Conferência de Bretton Woods. Em 1946, foi um dos fundadores do Serviço Social da Indústria (SESI), entidade da qual também foi diretor-geral.

consumidor interno (por motivo de solidariedade social e de conveniência econômica). (CNCP. CNC, 1945a, p. 19).

Para concretizar o projeto dos Serviços, os empresários criaram, durante a Conferência, um “fundo social” de recursos financeiros destinado a:

(...) obras e serviços que beneficiem os empregados de todas as categorias, e em assistência social em geral, repartindo com os Institutos existentes as atribuições assistenciais e de melhoramento físico e cultural da população. O objetivo da criação de um fundo social é promover a execução de medidas que, não só melhorem continuamente o nível de vida dos empregados, mas lhes facilitem os meios para seu aperfeiçoamento cultural e profissional. (CNCP, 1945a, p.5).

O projeto, na realidade, denotava o quanto cresciam as inquietações das elites empresariais com os rumos do desenvolvimento do país após o término da Segunda Guerra Mundial. E, nessa conjuntura, a questão social figurava como relevante, sublinhando a necessidade de se estabelecer medidas de promoção de justiça social, necessárias à eliminação de incompreensões entre empregadores e empregados e à melhor distribuição de riqueza.

Propunham, então, a criação de um fundo de recursos que seria constituído pela contribuição de cada empresa agrícola, industrial ou comercial, segundo os lucros líquidos dos balanços de cada uma delas, de acordo com suas declarações de renda. A administração deste fundo estaria a cargo dos empregadores.

O Estado legalizou a proposição do patronato comercial, editando o Decreto-lei nº 9.853, instituindo oficialmente o SESC (BRASIL, 1946) e comprometendo-se a recolher e repassar os valores às Confederações da Indústria e do Comércio. Aos empresários coube organizar e administrar os serviços sociais e traçar um “caminho para a justiça social, harmonizando e pacificando o capital e o trabalho, discutindo problemas como o salário real dos operários, a qualidade de vida, a inflação, o

aumento da renda nacional, a miséria, o desenvolvimento das forças econômicas” (BRANDÃO, 1996, p. 9).

(...) O SESC será na estrutura do governo um organismo de ação supletiva, uma das organizações mais dignas de esperança da classe que assiste, protege, ampara e defende. Dirigido e orientado diretamente por aqueles que mais intensamente sentem as aflições e os problemas de sua classe, representará uma força atuante e de intensa repercussão no plano geral de assistência social. (SESC/DN, 1948, p. 4).

Os serviços oferecidos pelo SESC assumiam, assim, no plano manifesto, uma perspectiva de “ação social” compensadora da desvantagem entre os rendimentos e as necessidades dos comerciários, face ao nível de desenvolvimento do país. Porém, iriam além da caridade tradicional levada a efeito por tímidas e pulverizadas iniciativas da classe dominante, nas suas diversas manifestações filantrópicas, à medida que se ampliava o contingente da classe trabalhadora e sua presença na vida política. Tratava-se, principalmente, de uma ação preventiva quanto aos malefícios de influências de *caráter subversivo*. O empresariado, assim, tomava em suas mãos uma parcela da assistência social, fato singular no Brasil à época. Historicamente, o país conhecia instituições de educação formal, de saúde, de amparo à infância e à velhice desvalidas, bem como de amparo aos cegos e veteranos de guerra. Nada havia que se assemelhasse a um sistema diversificado de serviços:

Os homens do comércio sentiam que a Confederação Nacional do Comércio não deveria apenas cumprir suas finalidades sindicais de defesa dos interesses de classe. O “front” da paz social, angular para a vida do comércio e da nação, estava desguarnecido, exatamente numa época caracterizada pela onda crescente de reivindicações dos assalariados. (SESC/DN, 1949a, p. 3).

Como se pode depreender, a instituição pretendia vir a constituir importante instrumento no processo de acumulação,

servindo precipuamente para *disciplinar* a classe trabalhadora, tornando-a, naquele contexto, funcional à reprodução do capital. Além disso, visava a retirar das *massas* a perigosa condição de disponibilidade para o acolhimento e adesão a ideários que viessem a gerar agitação política. Essa perspectiva, uma constante no pensamento empresarial, fica clara, por exemplo, nas palavras de Renato Requixa¹⁴:

Mas na linha do social, aqui em São Paulo, o presidente do SESC na época, ele também começou a insistir que o SESC atuasse numa linha que despertasse os empregados do comércio para a defesa dos ideais de democracia no Brasil, contra os ideais socializantes que estavam emergindo com uma força tremenda (REQUIXA, 2001, p.5 – grifo nosso).

Estudos anteriores (CORRÊA, 2010) permitiram identificar que a opção pela via educacional era partilhada pelo Estado, como se evidencia, por exemplo, no Decreto Lei 9853 (idem), que atribuía à Confederação Nacional do Comércio o encargo de criar e organizar o SESC. Na exposição de motivos é destacado o fato de que em reunião de entidades sindicais do comércio e associações comerciais de todo o Brasil, foi reconhecida como oportuna a organização de um serviço social em benefício dos empregados do comércio e das respectivas famílias. Afirmava-se ainda que, para o governo, essa era uma excelente contribuição para o fortalecimento da solidariedade entre as classes, o bem-estar da coletividade comerciária e a defesa dos valores que fundam as tradições da civilização. Assim, conforme o Art. 1º,

Fica atribuído à Confederação Nacional do Comércio o encargo de criar o Serviço Social do Comércio (SESC), com a finalidade de planejar e executar direta ou indiretamente, medidas que contribuam para o bem estar social e a melhoria do padrão de vida dos

¹⁴ Requixa ingressou no SESC em 1953, como orientador social, lá permanecendo até 1976, quando assumiu a Diretoria Regional do SESC São Paulo. (Requixa, 2001).

comerciários e suas famílias, e, bem assim, para o aperfeiçoamento moral e cívico da coletividade (Brasil, 1946).

O escopo legal possibilitou a elaboração de uma política centrada na prestação de serviço social – serviços de nutrição, habitação, vestuário, saúde e transporte, ministrados de forma educativa – fundada numa ordem “que objetive a paz social pela fraternização dos homens” (SESC/DN, 1959, p.26). Ou, segundo as palavras de João Daudt d’Oliveira: “não queremos apenas dar um pouco. Queremos principalmente habilitar os comerciários para obter muito” (D’OLIVEIRA, 1947, p. 2). Era com esse discurso sedutor do “obter muito” que os empresários pretendiam obter a adesão e o consenso dos trabalhadores.

O primeiro regulamento do SESC, assinado pela Confederação Nacional do Comércio (SESC/DN, 1946) e submetido à aprovação do Ministério do Trabalho, definia os seguintes objetivos institucionais: a solução dos problemas domésticos decorrentes de dificuldades de vida ou de relações de convivência; a solução dos problemas de saúde, alimentação e higiene; a defesa do salário real do comerciário; a melhoria das condições de habitação e transporte; a possibilidade de instalação de núcleos-padrão para a produção, a baixo custo, de similares populares dos produtos mais consumidos pelos comerciários; o desenvolvimento cívico e social da coletividade pela educação e instrução adequadas e a prestação de serviços de interesse dos comerciários, visando facilitar o desenvolvimento de sua atividade profissional e social, inclusive na regularização de documentos e formalidades indispensáveis à sua vida social e de suas famílias (idem, p. 54).

Em outubro de 1946, é inaugurada, no Rio de Janeiro, a primeira unidade do SESC. De 1947 a 1949, o SESC instalou várias outras unidades denominadas Delegacias Executivas ou Departamentos Regionais. Essa primeira fase de atividades caracterizou-se, predominantemente, pela atuação na área da assistência médica, com serviços gratuitos e estruturados efetivamente a partir de 1948. Com a inauguração da Colônia de Férias Ruy Fonseca (atual Centro de Férias SESC-Bertioga),

também naquele ano, tem-se a primeira colônia de férias brasileira com instalações próprias, servindo como modelo. Segundo o SESC, “Seu maior mérito foi inserir no cotidiano dos trabalhadores a questão do tempo livre, numa época em que poucas pessoas se davam conta da importância desse aspecto para o bem-estar e o desenvolvimento social e cultural dos indivíduos” (SESC/DN, 1948, p. 43).

Novas estratégias de ação do SESC e a inspiração no *Dopolavoro*¹⁵

A atuação inicial, voltada predominantemente para a atenção à saúde e afins, parece não ter proporcionado os resultados esperados. Já na I Convenção de Técnicos¹⁶, realizada em Bertioga, São Paulo, em 1951 (SESC/DN, 1969)¹⁷, verifica-se uma proposta de inflexão nas atividades iniciadas em 1946. Esta Convenção indicou a linha geral das mudanças no rumo das atividades do SESC e constituiu um momento chave na redefinição das ações institucionais, deslocando-se o eixo básico da área de saúde para:

¹⁵ Após a Primeira Grande Guerra, os regimes autoritários da Europa implementaram programas de ação institucional e doutrinária de domínio das classes trabalhadoras e passaram a incluir o turismo e o lazer nos projetos sociais. O movimento teve origem na Itália, em 1925, quando Mussolini incorpora na Carta do Trabalho a Obra Nacional dos Tempos Livres (*Dopolavoro*), serviço encarregado de organizar o lazer dos trabalhadores, especificamente as suas férias. O modelo seria reproduzido pela Alemanha de Hitler, criando-se, em 1933 a Força pela Alegria (*Kraft durch Freude*). A esse respeito, ver: Bertonha, 2001.

¹⁶ As Convenções Nacionais de Técnicos reuniam técnicos de diferentes Departamentos Regionais e do Departamento Nacional. (SESC/DN, 1972). Tais técnicos eram na época, predominantemente, assistentes sociais, graduados em cursos de serviço social e responsáveis pela elaboração e execução das propostas de atividades da Instituição, que passavam por formação específica no próprio SESC. As convenções mencionadas se realizaram nos anos de 1951, 1956, 1961 e 1969.

¹⁷ Publicação do SESC, com reunião de documentos, datada de 1969.

(...) a área da ação educativa para o trabalho, especificamente, questionando-se a técnica predominantemente do serviço social de caso, por essa natureza individualista, enfatizando a necessidade de ampliar as atividades de grupo, em busca de imprimir maior conteúdo à prática da educação informal e mesmo à preocupação de desenvolver um trabalho social de maior profundidade. Critica-se a prática de prestação de serviços gratuitos, decidindo-se por sua substituição pela prática de indenização dos serviços prestados com base no salário e nos encargos de família dos comerciários. (SESC/DN, 1961, p. 23).

A partir da Convenção de Bertioga, a instituição passa a restringir as ações no âmbito da assistência médica e a priorizar atividades relativas ao tempo livre do comerciário. Esse movimento irá marcar sua segunda fase de atuação, com grande ênfase nas metas de formação do “trabalhador de novo tipo” (GRAMSCI, 1968).

O SESC responderia a essa Convenção construindo uma rede de centros de atividades de caráter recreativo em todo o país. Em poucos anos, criou-se uma considerável infraestrutura destinada a essas atividades, que incluíam cultura, *diversão* e, minimamente, as ações médico-assistenciais. Passaram a ser promovidas, ainda, atividades diversificadas para crianças, jovens e adultos, como esporte, atletismo, recreação, escotismo e bandeirantismo (SESC/DN, 1951b, p. 32).

As práticas assistencialistas, no contexto de tal política, cederam lugar às *modernas técnicas de serviço social*. Assim, o *II Plano Geral de Ação* do SESC (1953) recomendava a criação de obras recreativas, associativas e culturais, expressa na criação de colônias de férias e centros sociais para descanso e recuperação psicossomática.

Outra mudança significativa residiu na supressão da gratuidade, característica da fase anterior. Tentando mascarar imagens e atitudes paternalistas, recomendou-se a adoção de um critério sistemático de remuneração para os serviços prestados, de forma a evitar a gratuidade absoluta, o que passou a ocorrer

a partir de 1953. Assim, o preconceito que define o gratuito como coisa de “terceira categoria” era inoculado (BRANDÃO, 1996, p. 19). Dever-se-ia pagar um mínimo, porém pagar, para que se desse valor: essa era a tônica assumida pela ação educativa. O SESC explicou assim a mudança:

Trata-se de um critério prático que permite a qualquer comerciante e seus dependentes utilizar a assistência prestada pelo SESC pagando por esta de acordo com sua renda e encargos familiares. Este pagamento far-se-á parceladamente, em mensalidades razoáveis que variam de acordo com as condições peculiares de cada família. Assim sendo, basta ao comerciante reservar pequena parcela de sua renda para assistência social e poderá gozar de todos os benefícios proporcionados pelo SESC, sem sofrer o vexame da gratuidade total e, ao contrário, reforçando seus sentimentos de dignidade humana. (SESC/DN, 1954, p. 1).

Os documentos da instituição evidenciam que o trabalhador era visto como portador de uma “ignorância natural”, com “fraca formação moral” (SESC/DN, 1962, p. 37), consequência de uma insuficiência de recursos econômicos, sendo fácil alvo para “subversão”. Tais afirmações denotavam a recorrência da preocupação com o controle social, visto que a população que migrara para os centros urbanos já na década de 1950 vivenciava outra realidade de valores, hábitos e costumes: “os novos padrões culturais do pós-guerra criavam conflitos entre as novas exigências e padrões tradicionais de comportamento. Esse quadro social não poderia deixar de alterar para um possível desencadeamento de um processo de desorganização social” (SESC/SP, 1970, p. 2).

Em 1956, realizou-se a II Convenção Nacional de Técnicos em Belo Horizonte. A questão do tempo livre do trabalhador foi largamente discutida, uma vez que “havia necessidade de ocupar o espaço ocioso dos comerciantes com atividades que ajudassem a restaurar as energias, o espírito” (SESC/DN, 1969, p. 34). A ideia central, na verdade, consistia em evitar que os trabalhadores ocupassem o tempo livre em organizações de caráter trabalhista, como as entidades sindicais.

O lazer promovido era apresentado como fundamental para a recomposição das energias despendidas no trabalho e recompensaria os efeitos negativos do cansaço, estafa, depressão. Foi uma época de destaque para a educação física, a educação esportiva, para o esporte amador; tempo dos ginásios, piscinas, quadras, pistas, clubes campestres, para uma “população submetida a um processo de estrangulamento de suas condições mínimas de lazer no contexto urbano-industrial” (SESC/ DN, 1957a, p. 17).

A preocupação com a conformação do tempo ocioso – nos planos físico e psíquico –, a fim de torná-lo útil, produtivo e submisso, pode ser percebida nessas iniciativas. Os hábitos saudáveis moralizariam a vida familiar, trariam saúde ao trabalhador e ocupariam os espaços vazios do tempo. Nesse sentido, as atividades físicas seriam um elemento indispensável à “educação integral: (...), assim, o SESC procurará aproveitar as horas livres do comerciário e de seus dependentes para sua promoção social, contribuindo face ao dinamismo das transformações e estimulando-os à atualização e aos novos conhecimentos” (SESC/DN, 1957b, p. 52).

De uma maneira geral, podem-se observar frequentes alterações nas linhas de atuação do SESC. Tais mudanças denotam o reconhecimento, por parte dos empresários, da não resolução dos problemas sociais como pretendido, como também, o íntimo ajustamento institucional aos contextos históricos e as suas respectivas expressões nas correlações de força.

Em 1963, o SESC, anunciava, mais uma vez, um conjunto de mudanças, atendendo ao desenvolvimento tecnológico da indústria e à consolidação do modelo econômico do momento:

Nos últimos 30 anos, cientistas sociais e educadores dos países ocidentais se têm preocupado com o grande problema das mudanças sociais repetidas e quase contínuas que se realizam condicionadas por diferentes, mas conjugados fatores: a) progressiva interdependência política, econômica e cultural, num crescente processo de convergência humana; b) desenvolvimento assombrosamente rápido de todas

as ciências, que obrigam a uma contínua revisão das concepções filosóficas de interpretação do universo, da vida e do homem; c) não menos rápido desenvolvimento consequente da tecnologia, que põe, continuamente, nas mãos do homem, cada vez mais eficazes e poderosos instrumentos de ação; d) crescente consciência dos direitos universais do homem e consequente personalização ou desmassificação; e) aumento vertiginoso da riqueza e problema de distribuição. Essas mudanças cumulativas, que implicariam a personalização ou desmassificação crescentes, causariam constantes desajustes pessoais, porque significam consciência mais clara ou nítida da situação. O Brasil, no seu atual processo de crescimento econômico e desenvolvimento social, também está sujeito ao mesmo fenômeno, já bem visível nas classes médias, entre as quais se situa a maior parte do grupo profissional dos comerciários. (SESC/DN, 1963, p. 32).

A instabilidade política que precedeu o Golpe Militar de 1964 repercutiu no SESC que, visando à manutenção dos processos de controle social, acentua e diversifica suas estratégias pedagógicas. Emerge, assim, com ênfase, a opção pela Educação Permanente¹⁸ que virá a constituir mais uma tentativa de adaptação dos indivíduos às demandas profissionais e ideológicas do modo de produção. Visava-se, sobretudo, frear os descontentamentos populares que geraram uma série de lutas nos anos 1960 e 1970 que, por sua vez, provocaram mudanças significativas em várias instâncias da sociedade brasileira (FONTES, 2010).

Nesse sentido, pretendia-se perpetuar e fortalecer uma hegemonia que buscava e, não raro obtinha, o consenso das classes subalternas para a conservação de políticas que, sob forma mais sofisticada, continuavam a servir, eficientemente,

¹⁸ A UNESCO foi a grande difusora da Educação Permanente como assunto pedagógico contemporâneo e Pierre Furter, filósofo e pedagogo suíço, que viveu no Brasil nos anos 1960 e foi perito da UNESCO para assuntos educacionais, difundiu essa proposta, ministrado, também, cursos de filosofia da educação. Suas concepções foram conhecidas no Brasil tanto por sua atuação no país, quanto a partir de publicações de 1974 e 1979.

aos interesses do grande capital. Como assinala Fontes, “O convencimento, a persuasão e a pedagogia se tornam, doravante, tarefas permanentes e cruciais” (idem, p. 136).

Assim, a educação permanente, além de preparar, treinar e educar continuamente, adultos de todas as idades, é, sobretudo, uma forma de prevenção e profilaxia sociais neste tempo de turbulência. Quer no que diz respeito à educação para os adultos, quer no que diz respeito à economia doméstica e ao consumo racional de bens, estaremos no campo da educação permanente. Se assim é, também o é para o uso higiênico do lazer e das férias de trabalho, o que diz respeito à recreação e às práticas desportivas, às atividades culturais e comunitárias, estão no mesmo caso. (SESC/DN, 1971, p. 33).

Ainda que os objetivos de controle social não estivessem explícitos nos argumentos aparentemente *democráticos* dos documentos, podemos encontrar, por exemplo, nos escritos de Requixa sobre o lazer¹⁹, claros indícios de que esse constituiu fundamento das diretrizes operacionais básicas da ação socioeducativa do SESC (cf. SESC/DN, 1973). Em um dos documentos elaborados por ele, a instituição deixa claro que o tempo livre do trabalhador deve estar organizado, “de maneira que as horas de tempo livre não sejam preenchidas com atividades antissociais” (REQUIXA, 1976, p. 45 – grifo nosso).

O lazer institucionalizado surgiria como uma forma de prevenção à *anomia* social, uma vez que os lazeres populares eram considerados perigosos, por irem de encontro às regras e aos costumes da *boa sociedade*. Por isso, o conteúdo das práticas institucionalizadas deveria assumir um caráter diretivo, constituindo um recurso a mais de controle

O lazer está hoje em dia profundamente relacionado com os problemas básicos do trabalho, da política e da sociedade em geral. Funciona como recuperador

¹⁹ Ver, por exemplo, Requixa, 1976.

do tédio pela monotonia do trabalho que caracteriza a sociedade urbano-industrial, sendo equilibrador que ajuda a suportar a disciplina e as imposições obrigatórias da vida social. Assim, o lazer é encarado como veículo da alta rentabilidade socioeducativa. A ação do SESC no campo do lazer implicará sempre no aproveitamento das horas livres da clientela em ocupações que permitiam atingir os objetivos educacionais, em consonância com o sentido do progresso nacional (SESC/DN, 2004, p. 3).²⁰

Também o posicionamento de Roberto Simonsen é expressivo no que concerne ao controle sobre a classe trabalhadora. Ele esperava organizar uma empresa intelectual que ultrapassasse o universo da fábrica e buscava o apoio das “ciências”, principalmente da sociologia e da psicologia, capazes de investigar métodos para o maior aproveitamento do trabalho:

A própria ciência com os estudos profundos de psicotécnica, da fisiologia e da sociologia vai trazendo ao homem os dados para a determinação do verdadeiro equilíbrio entre os elementos que constituem as forças vivas da produção. Admite-se hoje a existência de processos científicos capazes de coordenar as forças econômicas e de regular as relações entre indivíduos ou grupo de indivíduos. Numa época de pronunciado mal-estar, em que os sociólogos lamentam o atraso da sociologia, censurando-a por não saber criar uma consciência social capaz de abranger a complexidade dos problemas criados pela evolução material do último século, essa constatação assume extraordinária importância. (Simonsen, 1975, p. 37).

João Daudt d’Oliveira convergia com o pensamento de Simonsen afirmando que a proposta da instituição “teria mais êxito se houvesse cooperação e contribuição dos trabalhadores com as ideias dos patrões” (D’OLIVEIRA, 1960, p. 34), ou seja, contribuindo com ações que reduzissem as faltas, a insatisfação

²⁰ Em 2004 o SESC publicou edição comemorativa revendo seus programas desde a década de 1960.

no emprego e os desentendimentos entre patrões e empregados, gerando maior cuidado com as instalações das empresas e os instrumentos de produção, mantendo a disciplina na execução do trabalho e aperfeiçoando os conhecimentos técnicos através de cursos (idem). Objetivava-se, enfim, a pacificidade.

O que irá se evidenciar, ao longo da década de 1970, é o aprofundamento e ampliação das estratégias visando à construção de relações sociopolíticas *harmoniosas* entre capital e trabalho. Com essa perspectiva precípua, o SESC atravessa a década tendo como princípio orientador aquele estabelecido na IV Convenção Nacional de Técnicos, realizada em 1969. Essa convenção definiu que o SESC era uma entidade “cujo fim último, político-social, é a paz social entre trabalhadores no comércio e seus empregadores. Nela foram indicados os campos de atuação prioritários: Lazer, Educação e Alimentação” (GIL, 2005, p.3/37). Importante assinalar que as novas diretrizes só entraram em vigor no ano de 1973.

Condições de vida e de trabalho dos comerciários: possíveis ameaças à “paz social”

O SESC fazia recorrentes referências às precárias condições de vida dos trabalhadores, considerando-as severas ameaças à “paz social”. Relatórios descrevem problemas associados principalmente à saúde: a tuberculose, por exemplo, aumentava dia a dia e era associada, na época, às condições de desenvolvimento de diferentes países latino-americanos e às suas condições médico-sanitárias. A mortalidade infantil, desde o princípio do século, era também um dos itens latentes nas famílias dos comerciários, sendo alto o índice de natimortos e, também, de mortalidade materna (SESC/DN, 1951a). Em decorrência, contratava estabelecimentos médicos particulares especializados, locando leitos, aperfeiçoando o *Serviço de Assistência ao Parto*, abrindo postos de puericultura, oferecendo cursos de higiene pré-natal, montando frota de ambulâncias, produzindo cartilhas e folhetos para educação e orientação e aparelhando-se para serviços de puericultura, pediatria, radiologia e outros.

Havia também, por parte dos empregadores, a preocupação com a aparência dos trabalhadores. Segundo Brandão (op. cit.), o comerciário, em seu contato permanente com o público, precisava apresentar bons dentes, hálito saudável, boa vista, bons ouvidos. Não se tratava de mera preocupação vaidosa com a aparência e sim de cuidar dos “instrumentos de trabalho” (idem, p. 19).

A intenção era encarar os problemas sociais como problemas de massa, estruturais, e não apenas praticar atos isolados de filantropia, “visando melhor integração social; aperfeiçoamento técnico e capacidade de ganhar maiores salários; capacidade de assumir maiores responsabilidades e galgar posições de gerência e direção: capacidade e hábito de poupar”, conforme afirmado por Daudt d’Oliveira (1947, p. 18). Segundo o SESC,

Por muito que exprimam, entretanto, a validação do estado de saúde de um povo não se faz à vista das estatísticas de mortalidade. Diversos outros índices merecem ser analisados, a fim de se chegar a juízo preciso a respeito das condições higiênicas, de resistência, vitalidade e, pois, de sua expressão ou valor econômico-social. Os dados relativos à notificação das doenças transmissíveis, a longevidade média, a determinação da estatura e peso médios individuais, os inquéritos alimentares e epidemiológicos, o estudo da situação econômica geral em suas repercussões sobre a habitação e os hábitos nutritivos, proporcionam informações imprescindíveis a uma impressão realista e objetiva. A propósito das verminoses e dos estados de carência alimentar, particularmente qualitativa ou específica, salientamos como estão longe de figurar nos quadros estatísticos da mortalidade geral com a sua verdadeira incidência. (SESC/DN, 1949b, p. 27).

As relações entre pobreza, péssimas condições de vida – habitação, alimentação, educação e saúde – *desordem* e conflitos sociais deveriam, portanto, ser sanadas. Em um dos primeiros documentos produzidos pelo Departamento Nacional do SESC, ainda no governo Dutra, isso se evidencia:

(...) O desnível de padrão de vida entre as áreas urbanas e as rurais carrega para aquelas um excesso de mão-de-obra não qualificada, dificilmente aproveitável nos modernos processos de produção industrial e de atividade comercial, motivo pelo qual rara é a cidade que não conta com uma grande parcela da população marginal, pouco produtiva, pobre, de baixo nível cultural, representada pelas favelas, pelos mocambos, pelas malocas etc. (...). Tais fatos criaram problemas de relações humanas que nos levam a preconceitos, barreiras intransponíveis, segregações sociais, desajustes entre renda e despesas individuais e familiares, ao enfraquecimento da família como instituição básica da ordem social e a outros problemas semelhantes que precisam ser encarados com segurança e realismo, a fim de que nossos sonhos e nossas tentativas concretas de desenvolvimento se não esboroem e desapareçam no vértice de lutas sociais niilistas. (Moreira, SESC/DN, 1964, pp. 95 e 98)²¹.

As décadas seguintes serão marcadas por algumas melhorias nas condições de vida dos comerciários, porém incipientes e variáveis segundo as regiões de origem. Especificamente, na década de 1970, a classe trabalhadora é alvo de algumas ações da ditadura civil-militar que objetivavam, sobretudo, sustar os focos cada vez mais intensos de insatisfação. São, então, instituídos novos tipos de benefícios previdenciários, como o salário-família e o salário-maternidade que se estendem, também, à fração da classe trabalhadora aqui abordada.

Nesse cenário, o fator explicativo do empobrecimento constante dos trabalhadores – ou seja, os “Mecanismos de sobre-apropriação e sobre-expropriação capitalistas” (FERNANDES, 1981, p.45) – deveria ser deslocado da relação capital/trabalho para a inflação, a falta de cultura/educação e a inadequação dos trabalhadores às novas exigências urbano-industriais e à perda de valores básicos. Tratava-se, portanto, de articular novas concepções, novos modos de viver, pensar e sentir, adequados

²¹ Esta publicação, apesar de ter edição datada do ano de 1964 pelo SESC, reúne documentos da Instituição da década de 1940.

aos novos métodos de trabalho caracterizados pelo paradigma industrial que extrapola, em muito, os limites do chão da fábrica, como demonstrou Gramsci (pp. cit). Para tanto, as relações pedagógicas de hegemonia (GRAMSCI, 1978; RUMMERT, 2000) deveriam se espalhar na vida dos trabalhadores, inclusive no tempo do não trabalho (IAMAMOTO, 2012). Era essa a missão do SESC.

Os comerciários e as manifestações de resistência segundo a consciência possível

A articulação empresarial, ao longo do período aqui abordado, também se justificava, em boa parte, pelo movimento de organização das frações da classe trabalhadora de diferentes ramos produtivos. No caso dos comerciários, destaca-se a mobilização em torno da redução da carga horária diária de trabalho para 12 horas, ainda na década de 1920, conquistada em algumas unidades da Federação, como o Rio de Janeiro, em 1922. Entre as décadas de 1920 e 1940, apesar do ambiente político turbulento, também lutas históricas, travadas pelos trabalhadores, resultam na promulgação da Lei de Férias e da Lei dos Dois Terços, por exemplo. Outro direito conquistado foi a indenização para empregados demitidos sem justa causa. No caso particular dos comerciários, registra-se a criação do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciários (IAPC). Nesse período, trabalhadores, em vários estados, foram beneficiados com o fechamento do comércio aos sábados, a partir das doze horas e com a folga aos domingos, conquista conhecida como “Semana Inglesa”. Vários desses direitos, no Estado Novo, foram contemplados na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT (Brasil, 1943).

As ações do Serviço, com frequência, não obtinham êxito ao tentar implementar as diretrizes nacionais. Um forte indicador de que a correlação de forças entre empresários e trabalhadores era significativa, consistiu em várias alterações nas diretrizes do órgão, como abordado anteriormente. Essas alterações apontam para a permanente necessidade de ajustes e mudanças visando

a coadunar-se com as demandas conjunturais e com as formas de resistência dos trabalhadores, já que os comerciários se expressavam resistindo, por exemplo, com baixa taxa de adesão às propostas e iniciativas. Os baixos atendimentos e a falta de público eram os maiores fantasmas para os organizadores das atividades do SESC nas décadas de 1960 e 1970, porquanto o critério usado para mensurar seu sucesso estava, teoricamente, relacionado ao número de atendimentos, que poderia legitimar a atuação da instituição.

Na verdade, menos da metade da categoria estava matriculada no SESC. O percentual variava entre 21,46% em Recife, 45,17% em São Luís, 43,50% em Goiânia, 41,79% em Aracaju, 40,71% em Natal e 40,69% em Florianópolis, cidades que registraram as maiores taxas de adesão (SESC/DN, 1977a, p. 2)²². Entre os não matriculados, a situação mais frequente é a de nunca ter sido “cliente” do SESC, correspondendo, em seis capitais, à maioria dos entrevistados (Porto Velho, Maceió, Manaus, Recife, Belém e Macapá). As cidades que registravam os maiores índices de abandono de matrícula eram Recife (18,96%), Rio Branco (18,52%), Fortaleza e Goiânia (15,50% cada). Além desses, havia departamentos regionais com taxas de penetração muito baixas (Porto Velho e Maceió) ou com altas taxas de cancelamento de matrícula (Rio Branco e Fortaleza) (idem, p. 2).

Para os comerciários, a questão dos baixos atendimentos ou a ausência às atividades poderia ser resolvida com a implantação de uma política que “estimulasse a criação de obras educativas, culturais e artísticas, que incentivasse o trabalhador a participar da organização e planejamento desses programas junto com os técnicos” (SESC, DN, 1962, p. 34). Na verdade, o que estava sendo reclamado era o direito à participação na organização e planejamento das atividades visando a intervir na definição de diretrizes que garantissem tanto o acesso quanto a produção dos programas, não somente pela classe comerciária, mas por toda a comunidade.

²² Apesar de a publicação datar de 1977, os dados da pesquisa referem-se ao ano de 1962.

As reivindicações dos trabalhadores podem ser analisadas em documentos relativos a pesquisas denominadas “Necessidades e Aspirações do Comerciário” e em relatórios elaborados pelos trabalhadores vinculados aos diversos Departamentos Regionais, a partir dos “Seminários de Comerciários”, ou isoladamente. Embora tais relatórios expressassem a visão de pequena parte da categoria (muitos comerciários ignoravam até a realização dos Seminários), é possível identificar resistências e ressignificações das propostas e ações. Desses seminários, realizados em 1962, 1963 e 1964, por regiões (Sudeste, Norte e Nordeste), resultaram relatórios compilados em um único documento intitulado pelo SESC como “Convenções Nacionais de Comerciários do SESC” e por pesquisas feitas por alguns comerciários dos Departamentos Regionais de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Manaus, Belém e Natal, na década de 1970.

Nesses relatórios, os motivos mais alegados para os baixos índices de matrícula eram “nunca se preocupou com isso”, “falta de informações sobre o que o SESC oferece” e “falta de tempo disponível para frequentar”. Outros motivos bastante mencionados eram a “falta de informações sobre como se matricular” e a “falta de interesse pelo tipo de atividade oferecida” (SESC/DN, 1977a, p. 3).

Os documentos objetivavam apresentar, tanto a categoria, com suas particularidades, quanto as suas principais demandas. Destacamos, aqui, os seguintes itens: a) caracterização socioeconômica da região, tratando da formação histórica, dos aspectos demográficos e das condições de vida da população; b) apresentação das características, condições de trabalho e situação socioeconômica dos comerciários nas diferentes regiões; c) informações sobre a infraestrutura social da região, englobando a oferta de serviços em saúde e educação e, sobre essa última, também informações sobre os níveis de escolaridade pessoais e dos familiares; d) apresentação das aspirações e necessidades da categoria, como, por exemplo, as referentes às principais carências e aspirações relativas às condições de trabalho, saúde, saneamento, moradia, alimentação, além das relativas à educação – possibilidades de conclusão do ensino primário e ginasial e oferta de cursos profissionalizantes e de aperfeiçoamento. Além

disso, eram tecidos comentários acerca do trabalho do SESC nas regiões e recomendações sobre a adoção de critérios para a definição das atividades. Alertavam, ainda:

Consideramos o comerciário como parte de uma realidade social mais abrangente, localizando-o dentro das características sócio-econômicas da região. Isolar o comerciário do conjunto de determinações relacionadas com o processo de desenvolvimento e com as especificidades da região significaria limitar-se aos seus aspectos aparentes e superficiais. Muitas das características detectadas só poderiam ser explicadas e compreendidas se fossem analisadas em sua inserção num contexto social mais amplo (...). (SESC/DN, 1977a, p. 7).

Era destacada, ainda, a necessidade de a instituição levar em conta as sugestões e necessidades dos comerciários quanto às atividades a serem oferecidas. De certa forma, os trabalhadores encontravam uma forma de denunciar a intensificação da exploração nos locais de trabalho objetivando alcançar fortes saltos de produtividade (sobretudo na década de 1970).

O grupo de comerciários responsável pela compilação das pesquisas nas diversas unidades do SESC no país sintetiza, assim, pontos fundamentais a serem encaminhados à direção da instituição:

a) o SESC é muito pouco divulgado entre os comerciários da região, pois a maioria não sabe ler ou desconhece completamente e muitos têm uma falsa imagem a seu respeito; b) somente uma parcela insignificante da classe comerciária é beneficiada; c) o SESC atende em menor proporção justamente o comerciário de rendimentos mais baixos, predominando o atendimento aos que possuem rendimentos médios; d) praticamente não são atendidos os comerciários longe dos centros, o que é tanto válido para os que moram e trabalham nos demais municípios como para os que moram e trabalham nos bairros mais distantes do centro; e) o SESC não funciona durante o tempo verdadeiramente livre dos comerciários: as noites, aos domingos e as

manhãs de segunda-feira; f) os comerciários que têm menor tempo disponível, incluindo aqueles que têm maiores encargos familiares, são bem menos atendidos que os demais; g) não existem atividades que atendam aos comerciários do sexo masculino com idade mais avançada (...). (SESC/DN, 1977b, p. 56)²³.

Os trabalhadores sugeriam, também, que o SESC levasse em consideração suas principais carências, analisando as regiões onde residiam, as condições de trabalho dos comerciários e os recursos assistenciais disponíveis. Após a identificação desses problemas, recomendava-se a avaliação dos serviços oferecidos em correspondência com as necessidades e aspirações expostas nos relatórios elaborados pelos comerciários.

Também frequente nos relatórios a menção dos comerciários à sua própria situação enquanto trabalhadores. Vários insistiam em dizer que “não se interessam pelos problemas da empresa” (SESC/DN, 1973, p. 233). Um deles diz:

Acho que os comerciários ainda não se sentem identificados com os problemas da empresa ou do SESC (...). A maioria dos comerciários só se interessa pela empresa na hora da folha de pagamento. Não quer saber dos problemas que o empresário atravessa. Porém, acho que a culpa dessa situação não é só dos comerciários, mas também da classe patronal. Muitas empresas grandes têm recursos para aproximar mais o trabalhador da empresa. Há grandes firmas que têm assistência médica própria, colônia de férias própria, etc. Mas esse exemplo não é seguido pela maioria. Muitos empresários não compreendem que um empregado mais tranquilo produz mais e cria menos problemas. (Idem, p. 234)

Um líder sindical do município de Duque de Caxias, no relatório anual do Rio de Janeiro, complementa:

²³ Documento final dos comerciários enviado à direção nacional do SESC após pesquisas das várias unidades.

A maioria não está satisfeito nem com o emprego, que dirá com o SESC. Para que o comerciário estivesse mais tranquilo precisaria de melhor ambiente de trabalho (Ibidem, p. 234).

Breves considerações finais

A atuação do SESC foi, sobretudo a partir dos anos de 1970, muito mais ampla do que a aqui abordada, contemplando também a educação formal, com ênfase na elevação de escolaridade dos comerciários. Os limites deste trabalho, porém, não permitem abordar tal vertente. Optou-se, então por contemplar o campo do lazer, no âmbito da educação informal, que visavam a deslocar o eixo dos conflitos entre capital e trabalho das relações de produção de caráter de sobre-apropriação e sobre-expropriação capitalistas (FERNANDES, op. cit.), para o âmbito das condições de vida da classe trabalhadora, abstraídas de sua gênese, centrada no antagonismo de classes e na exploração do trabalho pelo capital.

Assim, o êxodo rural, os baixíssimos níveis de escolaridade, a remuneração insuficiente para suprir as necessidades básicas, tornaram-se *causas* das precárias condições de existência e não consequências do modelo de acumulação capitalista, com suas particularidades no país. Emerge, portanto, da análise documental, a clara intencionalidade de controle social empreendido, aqui, sobretudo, a partir de iniciativas que objetivavam disciplinar os trabalhadores pelo lazer controlado e programado para inculcar a disciplina e a submissão, ou seja, nas palavras de Gramsci, o consentimento ativo dos governados (GRAMSCI, 1978). Pretendeu-se criar, assim, por parte das forças dominantes, um elo de reforço da submissão da classe trabalhadora atrelando o mundo do lazer às demandas de caráter conformador do mundo do trabalho alienado. Apresentar aos estudiosos do tema uma análise sintética dessas estratégias de construção e manutenção da hegemonia, por parte do capital, representado pelo empresariado comercial, constituiu o objetivo central deste trabalho.

Fontes e referências

BRASIL. *Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943.*

_____. *Decreto Lei n 9.853.* 13 de setembro de 1946.

BERTONHA, João Fábio. *O fascismo e os imigrantes italianos no Brasil.* Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

BRANDÃO, Inácio de Loyola. *SESC 50 anos.* Rio de Janeiro: SESC/DN, 1996.

CONFERÊNCIA NACIONAL DAS CLASSES PRODUTORAS. Anais. 2vol. Rio de Janeiro: CNC, 1945^a.

I CONGRESSO BRASILEIRO DAS CLASSES PRODUTORAS. Anais. 2vol. Rio de Janeiro: CNC, 1945^a.

CORRÊA, Aline Amoêdo. *A construção da modernidade e o controle do não trabalho na sociedade brasileira: uma análise das propostas do Serviço Social do Comércio (SESC).* Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de História. São Gonçalo: UERJ, 2010, 99f..

DACOSTA, Lamartine P. (org.). *Atlas do esporte no Brasil.* Rio de Janeiro: Confef, 2006.

D' OLIVEIRA, João Daudt. *Relatório sobre atividades promovidas na CNC.* Rio de Janeiro: 1947.

_____. *Política Educacional do SESC.* Rio de Janeiro: SESC/ Departamento Nacional, 1960.

FIORI, Maria Heloisa M. de Araújo. *Origens e implantação do programa de lazer no SESC.* Rio de Janeiro: SESC, 1982.

FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital imperialismo.* Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2010.

FURTER, P. *Educação permanente e o desenvolvimento cultural.* Petrópolis: Vozes, 1974.

_____. *Educação e Vida.* Petrópolis: Vozes, 1979.

GIL, Rosimeiri Martins. Serviço Social do Comércio-SESC II: esporte, lazer e bem-estar social, in DACOSTA, Lamartine P. (org.). *Atlas do esporte no Brasil.* Rio de Janeiro: Confef, 2006, 39p..

GRAMSCI, Antonio. Americanismo e Fordismo. In: GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel a Política e o Estado Moderno.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

_____. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

IAMAMOTO, Marilda. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. São Paulo: Cortez, 2012.

MAGALHÃES, Dirceu Nogueira. Cultura e história do SESC. *Intercâmbio*. Rio de Janeiro 2(1): 5-14, mai./ago./1988.

MOREIRA, J. R. *Educação - Serviço Social - SESC*. Rio de Janeiro: SESC/DN, 1964.

RIBEIRO, Aline A. C. *Do assistencialismo e educação social à educação permanente: as experiências de Trabalho e Educação no Serviço Social do Comércio (SESC) de 1946 a 1983*. 2015, 240f. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

REQUIXA, Renato Antônio Quadros de Souza (depoimento). *Garimpendo Memórias*. CEME-ESEF-UFRGS, 2001. Acesso: 02 de março de 2016. Disponível em: <www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/50061/000741169.pdf?sequence=1> 2001.

_____. *Cadernos de lazer*. SESC/ SP, 1976.

RUMMERT, Sonia. *Educação e identidade dos trabalhadores: as concepções do capital e do trabalho*. São Paulo: Xamã; Niterói: Intertexto, 2000.

_____. *Gramsci, trabalho e educação: jovens e adultos pouco escolarizados no Brasil actual*. Cadernos Sísifo: 4, 2007, Universidade de Lisboa.

SIMONSEN, Roberto. *O problema social no Brasil*. São Paulo: Ed. Nacional, 1975.

SESC. *I Plano Geral de ação do SESC*. Rio de Janeiro: SESC/DN, 1946.

SESC. *Estudos sobre as linhas do plano de ação do SESC*. Rio de Janeiro: SESC/DN, 1948.

SESC. *Serviço Social: subsídios para o exame de suas finalidades e funções*. Rio de Janeiro: SESC/ DN, 1949a.

SESC. *O SESC é Entidade de Direito Privado*. Rio de Janeiro: SESC/ DN, 1949b.

SESC. *Maternidade e infância*. 2ª Comissão da I Convenção Nacional de Técnicos do SESC: problemas específicos do campo de ação do SESC. Rio de Janeiro: SESC/DN, 1951a.

SESC. *Primeira Convenção Nacional de Técnicos do SESC*. Rio de Janeiro: SESC/DN, 1951b.

SESC. *II Plano Geral de ação do SESC*. Rio de Janeiro: SESC/DN, 1953.

SESC. *Critérios para indenização dos serviços sociais*. Rio de Janeiro: SESC/DN, 1954.

SESC. *1ª e 2ª Convenções Nacionais dos Comerciantes do SESC*. Rio de Janeiro: SESC/DN, 1957a.

SESC. *A Previdência Social e o Serviço Social do Comércio*. Rio de Janeiro: SESC/DN, 1957b.

SESC. *Ação Social do SESC*. Rio de Janeiro: SESC/DN, 1959.

SESC. *Anais da I, II e III Convenções Nacionais de Técnicos*. Rio de Janeiro: SESC/ DN, 1961.

SESC. *Fundamentos teóricos da ação do SESC*. Rio de Janeiro: SESC/ DN, 1962.

SESC. *Plano Geral de Ação*. Rio de Janeiro: SESC/ DN, 1963.

SESC. *Convenções Nacionais dos Técnicos do SESC* (I - 1951 – Bertoga, II - 1956 – Belo Horizonte, III - 1961 – Macaé). Rio de Janeiro: SESC/DN, 1969.

SESC. *Documentação referente à IV Convenção Nacional de Técnicos*. Rio de Janeiro: SESC/DN, 1970.

SESC. *Anteprojeto das Diretrizes Gerais de Ação do SESC*. In: *Convenções Nacionais de comerciantes do SESC*. Rio de Janeiro: SESC/DN, 1972.

SESC. *Diretrizes Gerais de Ação do SESC*. Rio de Janeiro: SESC/DN, 1973.

SESC. *Necessidades e aspirações do comerciante em Natal*. Rio de Janeiro: SESC/DN, 1975.

SESC. *Relações do Comerciante com o SESC*. Rio de Janeiro: SESC/ DN, 1977a.

SESC. *Necessidades e Aspirações dos Comerciantes*. Rio de Janeiro: SESC/DN, 1977b.

SESC. *Proposta Pedagógica para a Educação de Jovens e Adultos*. Rio de Janeiro: SESC/DN, 2004.